



GT 11. Antropologia das Práticas Juvenis

Coordenador(es):

Frank Nilton Marcon (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Mylene Mizrahi (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

O presente GT tem como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas em conclusão ou em andamento, que tenham como foco de investigação as práticas juvenis em suas mais diversas expressões. Mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas no ocidente, especialmente na segunda metade do século XX, produziram alterações significativas nas subjetividades juvenis, promovendo mudanças no conjunto das experiências que por muito tempo definiram os sentidos de “ser jovem” e “ser adulto”. Atualmente, as pesquisas antropológicas tem lançado mão de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para a compreensão das práticas juvenis, das quais se destacam a influência das teorias da agência, dos estudos sobre performativity, das abordagens disposicionalistas, como também de uma releitura dos Cultural Studies. Desse modo, fazer uma antropologia das práticas juvenis em nosso atual contexto, trata-se não apenas de estar atento às mudanças nos repertórios de sentidos acionados pelos/as jovens, como também de se abrir para possibilidades interpretativas advindas de outros campos do saber. Serão aceitas para o debate nesse grupo de trabalho, pesquisas, especialmente etnografias, que se dediquem ao estudo das práticas juvenis a partir de diferentes temas, tais como: sociabilidades e territorialidades; gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; educação, trabalho e profissionalização; arte, estética e performativity; entre outros

De perto e por dentro dos espaços escolares: Consumo, vestuário e identidades juvenis.

Autoria: Marcus Vinicius de Sousa Silva Barbosa (UFG - Universidade Federal de Goiás)

O presente work é resultado de uma pesquisa etnográfica que toma o consumo como via para perceber e pensar o vestuário nas práticas juvenis em duas escolas públicas (federal e militar) da rede básica de ensino do Estado de Goiás ligeiramente colocadas em polos opostos por seus inúmeros aspectos (disciplinares, políticos e pedagógicos) demasiadamente contrastantes. Entendendo o vestuário como fenômeno cultural e marcador social e simbólico, que ascende símbolos e significados e delimita pedaços, essa pesquisa consistiu em relacionar e entender o vestuário, pelo enfoque antropológico, enfatizando o consumo, como um agenciamento e prática juvenil que são mobilizadas na construção de suas identidades e responsáveis por travar relações dentro das espacialidades e dos processos educativos de duas instituições escolares. A escola foi escolhida como campo empírico a partir de uma vasta bibliografia antropológica que se debruça a postular que esses espaços vão muito além do local do saber sistematizado. Nesses lugares as experiências juvenis se apregoam de forma latente. É onde a maioria dos encontros acontecem e as redes de sociabilidades podem ser mais facilmente visualizadas. O escopo foi, sobretudo, a análise do vestuário, tal qual os sentidos atribuídos pelos estudantes ao uniforme, tanto institucionalmente quanto na ótica do jovem e o que representa a vontade de oferecer novos estatutos a essa peça. E, também, o que denota os marcadores simbólicos que escapam dessa materialidade trivial que compõe a estética e a cultura escolar, vislumbrando investigar de que forma, dentro dos muros da escola esses elementos operam e são agenciados na construção identitária juvenil, com quem e quem dialogam durante essa produção. Além das relações engendradas e os pedaços construídos através do consumo ou da possibilidade de consumir desses jovens. O campo demonstrou que o manuseio dos marcadores simbólicos na construção identitária transforma a escola em um lugar da agência e da expertise juvenil. Foi possível perceber as sociabilidades, as negociações e esboços, por menores que sejam, de aversões que desafiam o status quo através do agenciamento da roupa,



dos diferentes sentidos que os uniformes (e a sua manutenção) ganham nessas espacialidades. Nas duas escolas, foi percebido que, dentro de seus processos educativos institucionais (menos ou mais reguladores), as práticas desses jovens se mostram como tecnologias próprias desenvolvidas pelos mesmos para produzir suas relações sociais, identidades, estilos, ao agenciarem os bens de consumo e vestuário, tal qual os usos e contra usos dos uniformes e dessas peças que escapam da cultura escolar, a partir de práticas e sentidos próprios, interferindo de forma criativa, direta e indiretamente, às experiências escolares.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: